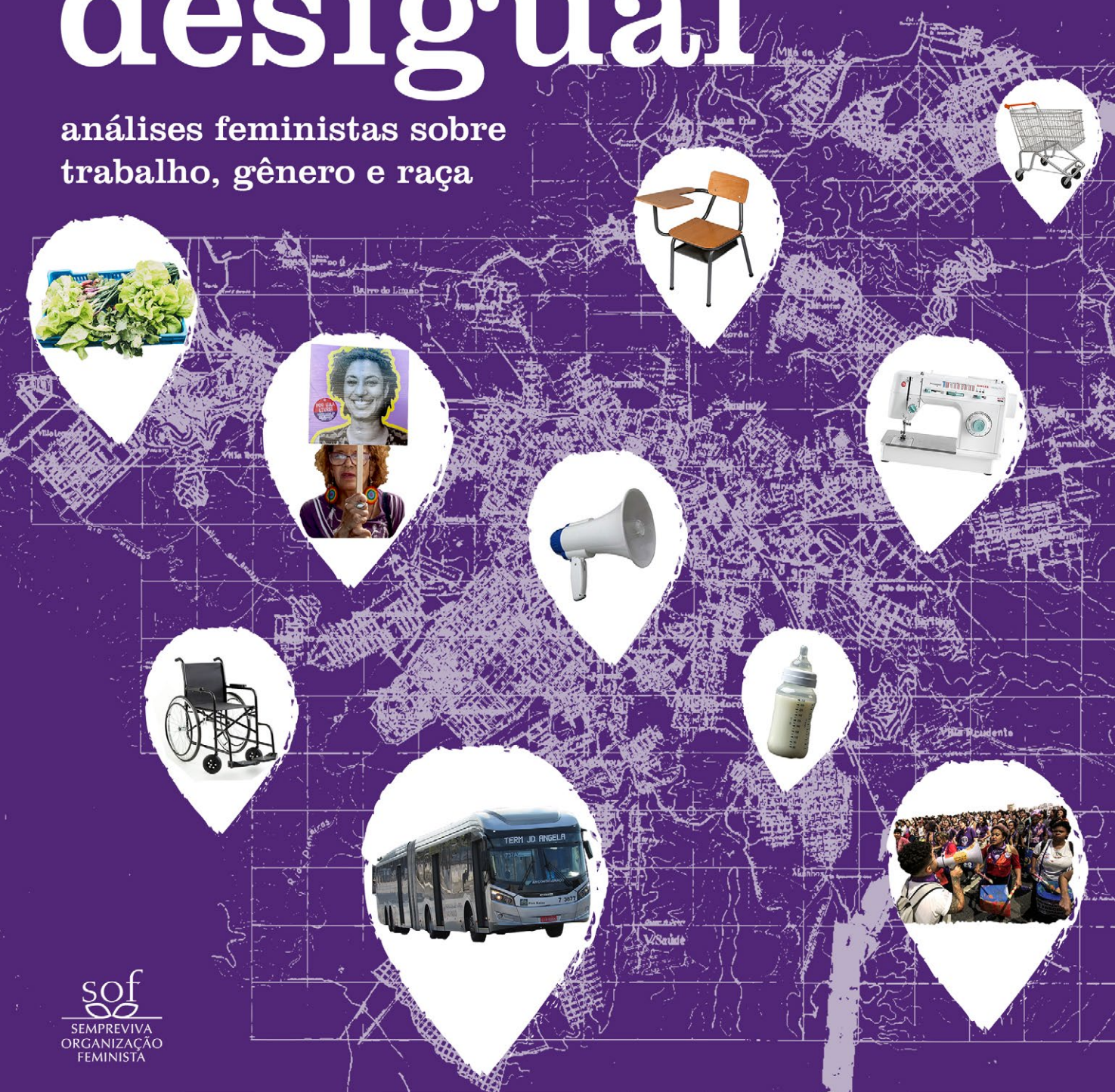
São Paulo desigual

análises feministas sobre trabalho, gênero e raça



sof
SEMPREVIVA
ORGANIZAÇÃO
FEMINISTA

São Paulo desigual

análises feministas sobre trabalho, gênero e raça

sof
SEMPREVIVA
ORGANIZAÇÃO
FEMINISTA

São Paulo desigual: análises feministas sobre trabalho, gênero e raça
Publicação da SOF Sempreviva Organização Feminista | 2020

Participaram da elaboração dos textos:

Me sinto uma folha solta: trabalho e conta própria na cidade de São Paulo
Dinah Caixeta, Elaine Mesquita, Maria Fernanda Marcelino, Miriam Nobre, Rosana Camilo, Sheyla Saori

O cotidiano do trabalho de cuidado: práticas e tensões
Ana Eulália, Cassia Silva, Edna Ferreira, Madalena Figueiredo, Maria Ortencia Rojo, Sheyla Saori, Tica Moreno

Sempre no limite: uma reflexão feminista sobre trabalho e vida da juventude em São Paulo
Brendha Ferreira, Camila Zuca, Fabiana Oliveira, Helena Zelic, Natália Lobo, Tica Moreno

Edição de texto e diagramação
Helena Zelic

Colaboração para a análise de dados
André Krein, Marilane Teixeira

Apoio para estudo e publicação

christian aid

Esta obra possui a Licença Creative Commons
Atribuição-Não Comercial-Compartilha Igual 3.0 Brasil (CC BY-NC-SA 3.0 BR)
Isso quer dizer que você pode copiar, distribuir, transmitir e reorganizar este material, ou parte dele, desde que cite a fonte, não ganhe dinheiro com isso e distribua sua obra derivada sob a mesma licença.

SOF Sempreviva Organização Feminista
Rua Ministro Costa e Silva, 36, Pinheiros, São Paulo, SP, Brasil
www.sof.org.br | sof@sof.org.br

N754 São Paulo desigual: análises feministas sobre trabalho, gênero e raça. Miriam Nobre, Renata Moreno (Orgs). – São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2020.

55p.
ISBN 978-65-87591-02-5

1. Trabalho 2. São Paulo 3. Feminismo 4. Informalidade I. Título

CDD - 330

SUMÁRIO

Apresentação 07

Me sinto uma folha solta: 10
trabalho e conta própria na cidade de São Paulo

O cotidiano do trabalho de cuidado: 20
práticas e tensões

Sempre no limite: 38
uma reflexão feminista sobre o trabalho e a vida da juventude em São Paulo

APRESENTAÇÃO

São Paulo é a cidade mais populosa do hemisfério sul, também a maior área urbana do país e um centro econômico de importância internacional. Mas sua edificação, sob uma ideia de "progresso" sem freios, tem como base a realidade da exploração de um trabalho pesado e invisível de mulheres e homens. Muito já se cantou sobre São Paulo, tentando explicar suas contradições e durezas: *"aglomerada solidão", "onde a ganância vibra", "na medida do impossível", "um segredo debaixo dos prédios", "não é amor exatamente", "diferente da ponte pra cá", "linhas retas e cruzadas"*, enfim, *"o avesso do avesso do avesso do avesso"*. Nós começamos esta publicação assim: São Paulo é uma cidade desigual.

E, para entender como a desigualdade se manifesta, analisamos os dados sobre trabalho e rendimentos do 3º trimestre de 2019 da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar) Contínua do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Em diálogo com Marilane Teixeira (economista feminista que nos apoia muito nos caminhos da análise sobre o trabalho), identificamos variáveis interessantes para verificação, e contamos com o apoio de André Krein no tratamento dos microdados. Comparamos estes dados municipais com os do 3º trimestre de 2012 para perceber mudanças ao longo do tempo; e também com dados do Brasil para, assim, entender melhor a dinâmica própria da cidade.

Em São Paulo, mais de sete milhões de pessoas compõem a População Economicamente Ativa (PEA), composta por pessoas ocupadas em empregos formais e informais, trabalhadoras por conta própria e desempregadas. Destas, 29% são homens brancos, 22% homens negros, 28% mulheres brancas e 21% mulheres negras. Entre o total de mulheres brancas com mais de 14 anos, 60% integram a PEA e as demais 40% são consideradas População Não Economicamente Ativa (PNEA), o que engloba estudantes, pessoas desempregadas que desistiram de buscar emprego, aposentadas e mulheres que realizam o trabalho doméstico em casa e não realizam outra atividade remunerada ou realizam somente como

voluntárias. Entre 2012 e 2019, a PEA paulistana aumentou, sobretudo entre as mulheres negras (38,9%), uma porcentagem bem acima da variação nacional para elas, que foi de 24,1%.

Entre as 892.508 mil pessoas desempregadas, a distribuição de sexo e raça se altera, sendo menor a presença de homens brancos (21%) e maior a de mulheres negras (29%). A maior variação no intervalo entre 2012 e 2019 se deu para os homens negros (189%).

O rendimento médio que as mulheres recebiam por seu principal trabalho equivalia a quase 83% do rendimento dos homens. O rendimento médio das pessoas negras equivalia a 39% do rendimento das pessoas brancas, e as mulheres negras tinham um rendimento equivalente a 1/3 do rendimento dos homens brancos. Entre 2012 e 2019, os rendimentos aumentaram de forma mais ou menos equivalente no Brasil, entre 55,5% para os homens negros e 67,4% para as mulheres negras. Em São Paulo as variações também foram positivas, mas bem mais desiguais indo de 45,4% para os homens negros (uma variação inferior à média brasileira) para 103,5% para as mulheres brancas.

Diante desses dados, a primeira constatação que fazemos é a de que as desigualdades de raça têm, na cidade de São Paulo, um peso maior do que no conjunto do país; e de que alguns indicadores, como os rendimentos, são bem piores considerando raça do que gênero. Mulheres que estudam o trabalho nos contam que esta equação não se explica somente pela afirmação "as mulheres são mais exploradas do que os homens", mas sim que as mulheres são exploradas de outra forma devido a uma divisão sexual do trabalho. Da mesma forma, podemos dizer que as pessoas negras não são somente mais exploradas do que as pessoas brancas, mas o são de maneira diferente dada uma divisão racial do trabalho. A consequência política é que não bastam as formas de luta e propostas de organização econômica e social que têm como referência a experiência e a posição de homens brancos, apenas somando mais força com o envolvimento de mulheres e pessoas negras. É preciso entender como as formas de organização do trabalho baseadas no sexo e na raça também organizam a cidade, seus espaços e tempos – para, a partir daí, traçar caminhos de resistência e transformação.

Foi assim que a leitura dos dados nos impôs escutar as mulheres. Convidamos companheiras nossas da AMESOL (Associação de Mulheres da Economia Solidária do Estado de São Paulo) e da Marcha Mundial das Mulheres para conversar sobre o trabalho e a vida a partir de suas próprias experiências. Agradecemos, portanto, a Ana Amalia, Maria Ortencia, Edna, Cassia, Madalena, Elaine, Dinah e Rosana, por compartilharem conosco suas histórias, que nos trazem mais do que apenas a realidade desigual que caracteriza São Paulo hoje: colocam também a garra e a luta que nos faz ter certeza de que tudo pode ser diferente.

Os dados também nos levaram a observar a realidade da juventude em São Paulo, e por isso convidamos algumas companheiras jovens da Marcha Mundial das Mulheres para fazer uma elaboração coletiva sobre o assunto. Por isso, obrigada, Brendha Ferreira, Camila Zuca, Fabiana Oliveira, Helena Zelic e Natália Lobo.

Entre números no plural e vidas no singular, organizamos três textos para debate: "Me sinto uma folha solta: trabalho e conta própria na cidade de São Paulo", "O cotidiano do trabalho de cuidado: práticas e tensões" e "Sempre no limite: uma reflexão feminista sobre o trabalho e a vida da juventude em São Paulo".

Sabemos que a atual situação de pandemia e de omissão do Estado agravam situações prévias de desigualdade, pobreza e violência que marcam a estrutura de nossa cidade. E, apesar de o passado parecer mais distante agora – mesmo aquele que passou há pouco tempo –, acreditamos que as hipóteses e reflexões que construímos nesse processo anterior são como uma trama que se mantém e que nos ajuda a entender o momento atual e as saídas em direção a outras formas de organização da economia e da vida.

Este estudo contou com o apoio da Christian Aid, a quem muito agradecemos.

As Semprevivas

São Paulo, junho de 2020

Me sinto uma folha solta:
trabalho e conta própria na cidade de São Paulo

Os últimos cinco anos se caracterizam no Brasil e na cidade de São Paulo pelo aumento crescente não só do desemprego, mas de formas de ocupação mais precárias. Os índices de desemprego mostram a ponta de um problema maior. Conseguimos nos acercar um pouco mais observando a taxa de subutilização da força de trabalho calculada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Esta taxa soma as pessoas trabalhadoras desocupadas (aquelas que estão sem trabalho remunerado e o procuraram nos 30 dias anteriores à data da pesquisa), as subocupadas (trabalham de forma remunerada por menos de 40 horas por semana e gostariam de trabalhar mais) e a força de trabalho potencial (pessoas que não estão trabalhando de forma remunerada nem procuraram trabalho por algum impedimento). A força de trabalho potencial considera, por exemplo, as mulheres que se retiram do mercado de trabalho porque têm que cuidar de alguém em sua casa.

> "Eu tenho filho desde os 18 anos, sempre foi um tumulto, as minhas decisões sempre tenho que levar em conta meus filhos, seja na escola, em casa, sempre foi assim."

Considerando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua do 3º trimestre de 2019 em São Paulo, a menor taxa de subutilização se deu entre homens brancos (16,3%), ainda maior que no caso do Brasil (14,9%). A maior taxa se deu entre as mulheres negras (28,5%), porém inferior à taxa nacional (34,3%). Ou seja, na cidade de São Paulo, em cada 100

mulheres negras, 28 expressaram que gostariam de melhor se colocar em um trabalho remunerado. A maior variação entre o 3º trimestre de 2012 e o mesmo período de 2019 se deu entre os homens negros (154,8%).

Conta própria

As pessoas trabalhadoras que realizam atividades remuneradas sem estarem empregadas (com ou sem registro em carteira) e sem serem empregadoras (terem ao menos uma pessoa trabalhando com elas) são consideradas pelo IBGE na condição de ocupação por conta própria. São pouco mais de 1,4 milhão de pessoas, ou seja, 20% da população economicamente ativa da cidade de São Paulo. Não estão nesta condição as trabalhadoras domésticas, contabilizadas a parte. Aqui estão, por exemplo, as e os microempreendedores individuais (MEI), mas a maioria das pessoas que trabalham por conta própria na cidade de São Paulo não tem o registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). A maior participação nessa condição informal é de homens brancos (35%), seguidos por homens negros (27%), mulheres brancas (24%) e mulheres negras (14%). No entanto, o número de mulheres negras que trabalham por conta própria quase dobrou entre 2012 e 2019 (84,4%) e 84% delas não tem CNPJ. A contribuição para a Previdência Social pode ser feita tanto pelo registro como pessoa jurídica como pela contribuição como autônoma. Embora o número de mulheres negras que trabalham por conta própria e que contribuíam para a Previdência tenha dobrado entre 2012 e 2019, 78% delas não contribuíam, estando assim sem cobertura em caso de acidente ou doença e sem perspectivas de aposentadoria.

A principal atividade de mulheres brancas e negras que trabalham por conta própria é a de especialistas em tratamento de beleza e afins, ou seja, cabelereiras, manicures, esteticistas. Vendedoras autônomas de cosméticos que se identificam como consultoras de beleza também podem se enquadrar nesta atividade. No entanto, a variação é enorme. As mulheres brancas recebiam o maior rendimento médio dos trabalhadores por conta própria, R$ 4.591,00, valor que

aumentou em 146% entre 2012 e 2019. Nesta condição atual, elas receberam mais do que os homens brancos (R$ 3.923,00), que os homens negros (R$ 1.958,00) e muito mais que as mulheres negras, que receberam em média R$ 1.401,00, ainda que este rendimento tenha subido quase 88% entre 2012 e 2019.

O trabalho por conta própria na cidade de São Paulo parece ser a estratégia de mulheres brancas. Ainda assim, 65% não têm CNPJ e quase 63% não contribuem para a Previdência Social.

Ainda que o trabalho por conta própria abarque uma enorme variedade de atividades e de possibilidades, algumas questões são comuns à maioria das pessoas trabalhadoras nesta condição: a instabilidade e busca permanente de uma identidade enquanto trabalhadora.

> "Hoje eu tô vivendo um dia após o outro, vou acordar e pensar 'tenho um tanto de dinheiro', aí penso 'o que vou fazer de comida?' Aí penso 'que conta eu pago?' Fico patinando, é um dia após o outro. Me sinto uma folha solta, não tenho emprego, não tenho casa... Não tenho onde cair morta."

> "Vivendo na incerteza você não consegue programar nada na vida, uma viagem, umas férias...viver solta, é assim também que me sinto, uma folha solta que não sei onde vou cair."

A identidade é um processo mais complexo que envolve a atividade realizada, como ela se realiza, em que espaço e em que relação com outras pessoas. Uma de nossas companheiras se apresentou:

> "Sou artesã e vivo por conta própria. Há uma diferença entre o ambulante, o camelô e o artesão. Ambulante ele se move conforme o momento: ele vai lá e compra qualquer coisa e vende, por exemplo, agora é carnaval, ele vai lá, compra e vende. Um dia

> ele tá aqui vendendo água, no outro ele tá no jogo do Corinthians vendendo outra coisa. O artesão não, tem identidade, por exemplo, ela é do segmento do macramê, aquilo que ela encontra uma identidade."

A pergunta para o grupo era em que categoria de ocupação utilizada pelo IBGE elas avaliavam que se enquadravam. O tema da identidade foi trazido por ela em sua resposta. Ela associou esta compreensão a uma longa trajetória ("tem 20 anos né, gente, já tomei muita porrada") e ao reconhecimento público – do poder público e da participação em um coletivo, a AMESOL[1] – materializado na legitimação de um espaço onde pode realizar parte de seu trabalho, que é a comercialização das roupas que costura.

> "Fazia muitos anos que não conseguia ter uma certa estabilidade, poder contar que não vai atrasar uma prestação, pagar as contas. Foi o ganho do Haddad ter aberto a Av. Paulista[2], ele criou o espaço e fortaleceu essa economia"

> "Já cheguei a ser expulsa, aí voltava na resistência pra vender... Agora, por eu estar formalizada pela AMESOL, a gente entra pela porta da frente, naquela Universidade foi de lavar a alma. Lá eu fui humilhada, fui na clandestinidade. (...) Entrar pela porta da frente naquele hotel foi maravilhoso, foi de lavar a alma, isso é fundamental. Entrar no hotel por um direito. Driblar os seguranças...é um desgaste. Com a AMESOL, temos uma identidade, podemos pleitear uma vaga. É dignidade. (..) Depois de 20 anos, não sou mais clandestina, não sou mais bicão. Ter seu espaço é muito bom."

1 AMESOL é a Associação de Mulheres da Economia Solidária de São Paulo. Desde 2013, reúne dezenas de mulheres do estado em uma rede feminista de produção, comercialização, debate e mobilização política.

2 "Em junho de 2016, foi publicado o decreto do prefeito Fernando Haddad, criando oficialmente a #PaulistaAberta e o Programa Ruas Abertas que promovem a aberturas de ruas aos domingos e feriados para as pessoas".Ver: https://www.paulistaaberta.minhasampa.org.br/

As principais ocupações revelam uma divisão sexual e racial do trabalho

A distribuição das principais ocupações na cidade de São Paulo evidencia a organização do trabalho por sexo e raça. Dentre as e os trabalhadores formais, homens e mulheres brancos tem como principal ocupação a de escriturários gerais, enquanto homens negros são guardas de segurança e mulheres negras, trabalhadoras de limpeza do interior de edifícios, hotéis e outros estabelecimentos.

Entre os trabalhadores informais (o que engloba empregados do setor privado e público sem carteira assinada, por conta própria e trabalhadores familiares auxiliares), a principal ocupação foi a de condutores de automóveis, taxis e caminhões, uma ocupação que aumentou em 125% entre 2012 e 2019. Os homens negros mantiveram a principal ocupação como pedreiros, ainda que com ligeira diminuição entre 2012 e 2019. O que aumentou sensivelmente foi a ocupação de condutores de motocicleta (686,4%). Entre as mulheres brancas e negras, a principal ocupação na informalidade foi a de trabalhadora dos serviços domésticos.

No caso das mulheres, as maiores variações entre 2012 e 2019 indicam um aumento de sua escolaridade e a utilização desta no trabalho. A ocupação informal que mais cresceu para as mulheres brancas foi a de psicóloga; e, para as mulheres negras no trabalho formal, foi a de profissional de nível médio de enfermagem.

No trabalho formal, mulheres e homens brancos se aproximam. No trabalho informal, a aproximação é entre mulheres negras e brancas. A informalidade para os homens tem a cara de Uber para os brancos e de motoboy para os negros. O crescimento de profissões que demandam escolaridade posiciona mulheres brancas em nível superior em uma situação de informalidade bastante diferente daquela das trabalhadoras diaristas. Quanto às mulheres negras, é como se a escolaridade demandada para aceder a um emprego com direitos se limitasse a profissões que requerem o ensino médio (ainda que possivelmente muitas delas tenham iniciado e mesmo concluído o ensino superior). Ambas ocupam profissões do cuidado, mas em atividades realizadas em condições muito diferentes.

Trabalhadoras domésticas

Na cidade de São Paulo, quase 418 mil pessoas são trabalhadoras domésticas. Destas, quase 97% são mulheres. Entre as mulheres, 61% são negras. Tanto entre as negras como entre as brancas, 66% não têm registro em carteira de trabalho. Entre 2012 e 2019, aumentou em 19% o número de mulheres brancas trabalhadoras domésticas sem carteira assinada e entre as mulheres negras o aumento foi de 43,3%. Esta variação é muito superior à nacional, de 6% para as mulheres brancas e 8,4% para mulheres negras. No mesmo período, diminuíram as trabalhadoras domésticas brancas com carteira assinada em São Paulo (-21,5%) em proporção similar variação nacional (-23,3%). Enquanto as negras diminuíram bem menos em âmbito nacional (-2,6%), aumentaram na cidade de São Paulo (14,9%).

Estes números sugerem uma perda de direitos, em que mulheres brancas passam da condição de trabalhadoras domésticas com registro em carteira para trabalhadoras sem registro, na modalidade de diaristas. A Emenda Constitucional EC 72/2013, aprovada em abril de 2013, assegurou às trabalhadoras e trabalhadores domésticos uma jornada de 8 horas por dia, limite de 44 horas semanais, direito à hora extra e piso de um salário mínimo ao mês ou o piso regional nos estados que o possuam. A Lei complementar 150/2015 assegurou a obrigatoriedade do FGTS, adicional noturno, adicional viagem e definição do banco de horas. No entanto, adotou critério temporal para o reconhecimento do vínculo empregatício (mais de 2 dias por semana no mesmo domicílio), excluindo as trabalhadoras "diaristas", aquelas que realizam serviço em mais de um domicílio. Pode também sugerir o crescimento de outras formas de ocupação, como demostra o aumento de mulheres brancas na condição de trabalho por conta própria.

No entanto, o fato de que 20% da PEA de mulheres negras esteja ocupada no trabalho doméstico revela como as desigualdades de classe, gênero e classe se articulam na cidade de São Paulo. O trabalho doméstico aparece para as mulheres sempre como uma possibilidade, ainda que as condições em que se realiza sejam muito duras.

> "No trabalho doméstico estou há 30 anos, ou bem mais, tenho 42 anos e estou na diária desde os nove anos. Não foi o tempo todo informal, teve vez que arrumei trampo com a carteira assinada, mas aí eu volto toda vez que preciso. O tempo registrado foi pouco"

> "Fui dispensada por elas na maioria dos casos, mas também dispensei. Eu queria menos, mas não tão menos. Uma teve neném e contratou uma babá e me dispensou. Aí, num escritório, perdeu um sócio e, como eles dividiam o valor, me dispensaram. Uma casa que eu passava roupa, mas estava muito ruim porque não pagava direito e às vezes eu dependia desse dinheiro até pra ir embora, aí essa eu dispensei. Uma outra, também, que combina as coisas, às vezes não estava nem a minha diária, não tinha almoço e esse não era o combinado, aí foi indo se agravando e essa também eu dispensei. Na maior parte fui dispensada."

Contexto de realização do trabalho precário

Há que destacar como tendência a economia de serviços sobre demanda, definida por alguns autores como uberização. O termo deriva da empresa Uber, que desenvolveu um aplicativo móvel que coloca em relação consumidores e motoristas utilizando seus próprios automóveis. A uberização se aplica, portanto, às empresas que colocam em relação direta prestadores de serviços e clientes, passando pelo controle centralizado de corporações.

> "Podemos entender a uberização como um futuro possível para empresas em geral, que se tornam responsáveis por prover a infraestrutura para que seus "parceiros" executem seu trabalho; não é difícil imaginar que hospitais, universidades, empresas dos mais diversos ramos adotem esse modelo, utilizando-se do trabalho de seus "colaboradores just-in-time" de acordo com sua necessidade. Este parece ser um futuro provável e generalizável para o mundo do trabalho" (Abílio, 2017).

Eufemisticamente chamada de "economia do compartilhamento", as empresas-aplicativo estabelecem mecanismos para relacionar pessoas que ofertam serviços (que, assim, podem conciliar com outras atividades, como estudo e tarefas domésticas, e ganhar um recurso extra) e pessoas que demandam e buscam acessar serviços a um menor preço. Na prática, a "economia dos bicos" permite às empresas mobilizar a infraestrutura dos próprios trabalhadores, lhes transferir custos e riscos, sem direitos trabalhistas e proteção social. A remuneração tende exponencialmente à redução conforme novos trabalhadores se somam. Por exemplo, em várias cidades dos Estados Unidos, os rendimentos por hora de um motorista de Uber, descontados os custos de gasolina, seguro obrigatório, impostos e manutenção, resultavam menores do que o salário mínimo legal.

> "Usando a linguagem do empreendedorismo, flexibilidade, autonomia e escolha, o peso das escolhas mais arriscadas da vida – desemprego, doença e envelhecimento – foi colocado nos ombros dxs trabalhadorxs. (...) existe uma conexão entre os efeitos da 'economia do compartilhamento' e os choques deliberados de austeridade que seguiram a crise financeira em 2008. Xs bilionarixs da tecnologia surfaram na onda, subindo nas costas daquelxs que estavam procurando por trabalho desesperadamente, não somente aumentando a desigualdade, mas também reestruturando a economia de um modo que faz disso uma nova forma de trabalho, privada de todos os direitos trabalhistas, voltada à sobrevivência, como dizem 'sustentável'"(Scholz, 2016, p. 32-33).

Esta forma de trabalho demanda intensa vigilância, realizada por aplicativos georreferenciados e pelos mecanismos de avaliação dos consumidores. A "multidão vigilante" (Abílio, 2017) presta o serviço de controle dos serviços ao mesmo tempo em que disponibiliza informações sobre suas preferências e rotinas, também negociáveis no mercado dos big data.

Expectativas das trabalhadoras

As experiências compartilhadas por nossas companheiras em relação ao trabalho vão além de uma oposição entre emprego com registro em carteira e trabalho por conta própria, como se um ou outro fosse o polo positivo aonde

se quer chegar. Elas resgataram experiências em "empregos que destroem seus corpos e suas almas" (Federici, 2020).

> "Eu não quero ser assalariada, não tenho personalidade nem perfil pra isso. Já fui telefonista, auxiliar de escritório, administrativo, não aguentava, odiava isso."

> "Querer voltar para o mercado de trabalho porque eu preciso de dinheiro, só por causa disso, porque assim, o querer mesmo eu não quero, porque eu sofri de assédio moral, sexual, isso fode com sua cabeça, não quero pressão, não quero bater ponto."

O que elas não querem é estar presas em situações de sobretrabalho, endividamento, controle e ansiedade em relação ao futuro. O que elas querem é:

> "Viver dignamente da minha produção, e a produção envolve pensar, criar, observar, circular, fazer contatos e organizar o tempo para tudo isto."

> "Quero comer, comer adequadamente, não salsicha, comer normal, bem... quando você está desempregada você passa 10, 15 dias sem comer uma fruta."

Elas expressaram que viver dignamente é poder fazer tratamento dentário, contribuir para a Previdência e ter acesso ao sistema de seguridade social. Mas é, também, poder sair de férias, garantir que o neto participe do clube do livro. E resgatam que estar em coletivo, fazer parte da AMESOL, é uma alegria em si e uma possibilidade de que o viver dignamente vá se construindo.

O horizonte dos empregos assalariados com carteira assinada remete a alterar as condições em que hoje se realizam seus trabalhos, marcadas por jornadas extenuantes, locais insalubres, humilhações e controle. Para chegar ao horizonte das outras formas de organizar a vida, que não sejam reguladas pelo

trabalho alienado e o mercado, são necessários, em primeiro lugar, uma renda básica universal que supere a insegurança da batalha diária de "vender o almoço para comprar o jantar" e um sistema de seguridade social que acolha as pessoas trabalhadoras nos momentos de sua vida em que não tenha condições de trabalho. O direito à moradia, alimentação, saúde e educação deve ser assegurado por serviços públicos e comunitários, para que a renda não seja consumida em serviços mercantilizados. O reconhecimento como trabalhadora é vivido não pela perspectiva de carreira em um emprego formal ou pela identificação com a empresa, mas pelo pertencimento em coletivos que se ocupam da vida em todas as suas dimensões e nutrem a folha que também é árvore.

Referências

ABÍLIO, Ludmila. *Uberização do trabalho: subsunção real da viração*. Passa Palavra, 2017. Disponível em http://passapalavra.info/2017/02/110685/ consultado em 16 de junho de 2020.

SCHOLZ, Trebor. *Cooperativismo de plataforma.* São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016

FEDERICI, Silvia. *Beyond the Periphery of the Skin: Rethinking, Remaking, and Reclaiming the Body in Contemporary Capitalism.* Oakland: PM Press, 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral e Anual (1ª e 5ª visitas).

O cotidiano do trabalho de cuidado: práticas e tensões

Invisibilizar o trabalho doméstico e de cuidado e as pessoas que diariamente o realizam é um mecanismo muito antigo que mantém a divisão sexual e racial do trabalho no coração da organização da sociedade capitalista, racista e patriarcal. Para que a sociedade funcione a cada dia, milhões de pessoas realizam as tarefas de limpeza das casas, dos edifícios de escritórios, das escolas; lavam e passam, cozinham, arrumam, garantem o bem-estar de adultos e cuidam das crianças, dos idosos, das pessoas que precisam de apoio para dar conta das necessidades básicas, como se alimentar, se vestir, se locomover.

Esse texto apresenta aspectos do cotidiano do trabalho de mulheres que cuidam de pessoas com algum tipo de dependência. Para isso, se apoia em relatos compartilhados em um grupo focal realizado em março de 2020. Participaram cinco mulheres, com idades variadas entre 33 e 65 anos, sendo quatro mulheres negras e uma mulher branca. Em suas trajetórias profissionais, se formaram como auxiliares de enfermagem, técnicas de enfermagem ou cuidadoras. Todas trabalham diretamente com cuidado de pessoas idosas, sendo que uma também teve muitas experiências com cuidado de crianças recém-nascidas e prematuras. Embora algumas tenham tido experiências de trabalho em hospitais, trabalharam a maior parte do tempo com o cuidado domiciliar.

Trabalhos que sustentam a vida

Para entender como as dinâmicas de gênero, raça e classe se entrelaçam na configuração do conjunto de trabalhos (remunerados ou não, com direitos

ou não) que sustentam a vida, olhamos para uma parte dessas ocupações, seus números absolutos e variações na cidade São Paulo. Os dados a seguir foram extraídos da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD contínua), realizada pelo IBGE (2019).

Sem remuneração, as mulheres são muito mais responsabilizadas por esse trabalho do que os homens em suas casas. Em São Paulo, os dados de 2019 indicam que os homens dedicam, em média, 9,8 horas por semana aos chamados afazeres domésticos (homens negros, 10,1 horas; brancos, 9,6). Já as mulheres dedicam, em média, 17,3 horas semanais (mulheres negras 17,9 horas; brancas 17,2 horas).

Quando é realizado como emprego, esse trabalho se divide entre muitas figuras profissionais, nas quais as trabalhadoras enfrentam condições de trabalho ruins, a maior parte sem os direitos garantidos. Nessas profissões, as mulheres negras são a maioria.

Em 2019, a principal ocupação informal tanto de mulheres negras quanto de mulheres brancas em São Paulo era o trabalho no serviço doméstico. Em 2019, 194.434 mulheres negras estavam ocupadas no serviço doméstico, sendo que, destas, 67% estavam em condições de informalidade. No mesmo período, 116.860 mulheres brancas tinham o emprego doméstico como ocupação, 66% na informalidade. O crescimentos dessa ocupação, entre 2016 e 2019, foi superior entre as mulheres negras do que entre as mulheres brancas.

A ocupação em serviços de limpeza, com frequência oferecidos por empresas terceirizadas, aparece entre as principais ocupações formais de mulheres negras, brancas e de homens negros, respectivamente em 1º, 4º e 6º lugar.

Quando agregamos a estes dados aqueles sobre outras ocupações relacionadas com o cuidado, as cuidadoras de crianças aparecem em 3º lugar entre as ocupações informais tanto entre mulheres brancas como entre mulheres negras. As profissionais de nível médio de enfermagem, dentre as quais muitas trabalham diretamente com o cuidado de idosos e pessoas doentes, aparecem em 6º entre

as ocupações formais de mulheres brancas (com um crescimento de 26,2% entre 2016 e 2019) e em 9º entre as mulheres negras (com um crescimento de 164,5% no mesmo período). O trabalho de cuidados pessoais a domicílio aparece como a 6ª ocupação informal das mulheres brancas, com um crescimento de 245%.

A oferta de políticas de cuidado em São Paulo ainda é muito insuficiente. No caso do cuidado de crianças pequenas, décadas de luta tiveram como resultado a expansão das vagas em creches, ainda aquém da demanda. O acesso à creche (ou a ausência desse direito) se combina com arranjos diversos delineados pelas dinâmicas de desigualdade, em que o trabalho de mulheres que cuidam de crianças na vizinhança ou como babás nos domicílios se articula com o trabalho das pessoas responsáveis nas famílias (Moreno, 2019). As políticas de cuidado de idosos são ainda mais insuficientes. Entre elas, estão as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), que em São Paulo somam 14 unidades, com 480 vagas[1], e o Programa Acompanhantes de Idosos (PAI), com 24 unidades no município[2].

O índice de envelhecimento[3] em São Paulo, que em 2000 era de 37,5%, alcançou 82,2% em 2020. A população com 60 anos ou mais corresponde a 15,61% do município, segundo os dados da Fundação Seade. As necessidades de cuidados da população que envelhece em São Paulo vão atualizando os contornos do trabalho doméstico e de cuidado. Dada a insuficiência de políticas públicas, as famílias são as principais responsáveis pelo cuidado de idosos no Brasil, sendo as contratantes de trabalhadoras em um mercado de trabalho formal ou informal, diretamente ou com intermediação de agências (Hirata, 2020).

Seguindo nossa aposta política de colocar a sustentabilidade da vida no centro da economia, refletimos sobre quem cuida de quem, em quais condições,

1 Ver em https://bit.ly/cartadeservicosprefeitura (acesso em 5 de junho de 2020)

2 O site da prefeitura explicita, sobre o PAI, que "O serviço não pode ser confundido com o Home Care ou cuidador de idoso, serviços esses não inclusos no SUS". Disponível em https://bit.ly/programaacompanhamentoidosos. Para uma análise do trabalho de cuidado neste programa, ver Araújo (2019).

3 Calculado pela Fundação Seade, o índice de envelhecimento é a proporção de pessoas de 60 anos e mais por 100 indivíduos de 0 a 14 anos. Disponível em: https://perfil.seade.gov.br/ (acesso em 25 de maio de 2020).

e quem são os idosos que têm direito a ser cuidados. Articulamos essa reflexão aos questionamentos sobre as condições de vida da população idosa, cuja expectativa de vida é desigualmente distribuída na cidade de São Paulo, e que tem sido alvo de sucessivos ataques por políticas neoliberais como a reforma da previdência.

Múltiplas habilidades, disponibilidade permanente

O trabalho de cuidado de idosos envolve uma série de atividades e tarefas que variam de acordo com a situação de dependência em que cada pessoa se encontra. Pode consistir em acompanhamento, auxílio no cotidiano de limpeza e alimentação, atenção aos horários de medicamentos, apoio à locomoção e, em casos de idosos com doenças específicas ou maior dependência, procedimentos de maior complexidade técnica. Muitas vezes, cuidar de idosos exige atenção e disponibilidade permanentes. Quem cuida de idosos dependentes mobiliza muitas habilidades em um trabalho de múltiplas dimensões e facetas: técnicas, relacionais, éticas e emocionais, um saber fazer, ao mesmo tempo, atencioso e discreto, que lida com a intimidade e o corpo das pessoas que são cuidadas (Hirata, 2016).

O corpo de quem cuida também é mobilizado nesse trabalho, que exige uma proximidade física e habilidades técnicas.

> "Quando você vai sentar a paciente, nós fazemos força, usamos muito o joelho, né? E quando você vai tirar ela da cama você senta ela, ela abraça você e você tem que pôr força na perna e no braço. Com técnica, nós conseguimos levantar pessoas maiores, com 120, 130 quilos, fazemos muita força."

As trabalhadoras indicam sentir no corpo os impactos desse trabalho demandante: no joelho, na coluna, na pressão ou na saúde mental.

> "Acabei ficando hipertensa porque trabalhei muito a noite. Eu atribuo muito a questão da hipertensão com esse trabalho, do hospital e o de cuidado, porque trabalhei muito homecare, muito, muito... Criei meu filho trabalhando como homecare"

> "A saúde psicológica da gente é um bagaço, é um bagaço"

Cuidar de pessoas extremamente dependentes exige uma disponibilidade permanente. Como mostram os relatos, por vezes as trabalhadoras não têm condições de dormir.

> "Eu ficava até tonta, eu não dormia, ele me chamava a noite toda, e não era maldade, ele tinha dor, tinha falta de ar...e quando você vê, você fica até 24h por dia com o paciente..."

> "Eu também pego muita criança, criança recém-nascida, criança prematura, e é assim também, o contrato já é pra você ficar acordada para qualquer coisa."

Entre as participantes do nosso estudo, encontramos diferentes dinâmicas de trabalho, entre plantões de 12 por 36 horas, jornadas integrais, visitas pontuais e frequentes, contrato direto com as famílias empregadoras ou intermediado por agências e hospitais. Algumas atuam como MEI ou por meio de contrato. O contrato, é importante frisar, não significa registro e direitos garantidos, mas é considerado um instrumento importante de proteção das trabalhadoras.

Desvalorização e desvio de funções

O crescimento das ocupações relacionadas com o cuidado de idosos é acompanhado por disputas e negociações entre diferentes profissionais (da enfermagem, cuidadoras, trabalhadoras domésticas). Isso se dá tanto em termos de

reconhecimento e regulamentação em negociações públicas, como no ambiente de trabalho nos domicílios.

Em 2013, a Emenda Constitucional 72 estendeu tardiamente os direitos trabalhistas às trabalhadoras domésticas. Nessa legislação, são incorporadas também as cuidadoras de idosos e de crianças que atuam nos domicílios. A categoria das cuidadoras, no entanto, se mobiliza para um reconhecimento e regulamentação específica de sua profissão, de acordo com questões como formação, atribuições, formas de exercício do trabalho e remuneração. Em 2019, o senado aprovou projeto de lei que regulamenta a profissão de cuidador de idosos (PLC 11/2016), que em seguida recebeu veto presidencial.

Nas lutas por regulamentação, as cuidadoras afirmam sua identidade profissional se afastando das trabalhadoras domésticas, ao mesmo tempo em que enfrentam a resistência de associações e conselhos que representam o campo da enfermagem, e não incorporam as cuidadoras (Guimarães, 2019).

Em nosso estudo, participaram mulheres com diferentes formações: cuidadoras de idosos formadas pelo Pronatec ou pelo Senac, auxiliares e técnicas de enfermagem. Todas elas se encontram no trabalho de cuidar de idosos, especificamente em domicílios.

A troca de opiniões e experiências entre elas revela como as disputas políticas e por direitos se concretizam em um cotidiano de trabalho marcado pela responsabilidade por garantir o cuidado, muitas vezes sem as condições adequadas. Elas refletem criticamente sobre como, muitas vezes, as famílias impõem que as cuidadoras desempenhem atividades que não poderiam realizar, sobretudo as atividades relacionadas com procedimentos técnicos específicos. Isso se torna uma necessidade também quando o apoio da política pública não chega quando é preciso, como aconteceu nessa situação:

> "ele veio do hospital e tinha uma ferida muito grande na perna, e eu fazia curativo. Aí, quando chegou o PID [Programa de Internação Domiciliar], ele falou

> assim pra mim: 'o teu curativo tá todo errado'. Eu olhei pra cara dele e falei 'é o que eu sei fazer, eu to te chamando há 15 dias, se você acha que tá errado então você me ensina'."

> "você tem que pagar aluguel, você tem que comer, você tem que comprar as coisas pro teu filho, você tem que... então você se sujeita a um monte de coisas."

> "não é só o risco de você não saber fazer, é o risco de você não poder fazer, e sua saúde fica como?"

O cuidado é composto por um conjunto de atividades que dão conta das necessidades para o bem-estar das pessoas dependentes. Nos termos das regulamentações profissionais, as atribuições se separam e se diferenciam. No projeto de lei citado anteriormente, essa diferenciação é explícita, impedindo que as cuidadoras administrem medicações que não sejam por via oral, bem como procedimentos de complexidade técnica[4]. As participantes desse estudo indicaram que seriam atribuições das cuidadoras:

> "Dentro dos cuidados da cuidadora, é dar o banho, dar alimentação, trocar a roupa de cama, e fazer o leito dele, é levar pra tomar sol, é conversar com ele, fazer alongamento, e se ele quiser que você leia, é ler para ele. A medicação via oral em horário correto."

Já as atribuições das profissionais da área da enfermagem estão mais vinculadas aos procedimentos técnicos, como o manuseio de curativos e o uso de AMBU (Unidade Manual de Respiração Artificial) em pacientes com doenças específicas[5]. A experiência das participantes da pesquisa mostra que, na prática, muitas vezes uma trabalhadora tem que dar conta do conjunto das tarefas que

4 PLC 11/2016 disponível em https://bit.ly/plc1116 (acesso em 25 de maio de 2020).

5 O exemplo do procedimento se referiu a pacientes com ELA (Esclerose Lateral Amiotrófica), "(…) no ELA, pra você por um AMBU, você tem que entortar o AMBU, não pode fixar a máscara completamente, e faz de lado. Aí, para você fazer de lado, são 3 de 15, acabou. Você não pode fazer mais. Então você coloca o oxímetro, afere o dextro e vê como tá a saturação do paciente."

garantem o bem-estar dos idosos, inclusive pela resistência das pessoas da família em realizar atividades de cuidado direto, especificamente com o corpo.

> "Dar banho, limpar. Eles [a família] não querem fazer."

> "Eu trabalhei muitos anos em homecare e **você acaba virando uma cuidadora**. Você vai fazer a medicação, aí você chegava lá na casa e encontra a coitada tava sentada toda ferrada, você não vai deixar a pessoa toda suja, cheia de xixi, aí você vai troca, arruma, né? Fala 'olha gente, precisa dar um banho, como vai fazer o curativo?' Não é só o curativo."

Isso indica que, na situação de trabalho no âmbito domiciliar, as muitas dimensões do cuidado para garantir o bem-estar são assumidas pelas profissionais, especialmente quando os outros membros da família não o fazem.

O crescimento da demanda por trabalhadoras que cuidam de idosos é acompanhado por uma desvalorização deste trabalho, expressada de diferentes maneiras. A desvalorização é identificada nas negociações em torno do valor de cada plantão, mas também na falta de reconhecimento das qualificações e habilidades que o cuidado exige.

> "E isso desvalorizou os técnicos de enfermagem… Uma mulher veio me contratar, falei 150 por 12 horas… Mas tem família contratando cuidadora por 60 reais, para fazer o que não são treinadas para fazer. Injeção, curativo, tão empurrando para as cuidadoras e não pode."

> "Eles [a família] acham que é só dar uma olhadinha. Daí oferecem para a empregada doméstica um pouco mais, e pedem 'dá uma olhadinha na mamãe'. Não é só uma olhadinha."

Da porta para dentro

Entre as trabalhadoras que participaram de nossa pesquisa, foi comum a experiência de, ao serem contratadas para cuidar de um idoso ou doente, serem demandadas de realizar tarefas relacionadas com o trabalho doméstico – como preparar alimentos, lavar louças e limpar a cozinha.

> "Quando ele [o paciente] voltou do hospital, aí pesou, porque ele não dormia nem de dia, nem de noite. Eu tinha que dar conta dele, da casa. Eu só não lavava e passava, passava muito pouco a roupa, algumas poucas pecinhas só, lavar eu não lavava, ela [a esposa do paciente] punha na máquina e eu estendia, ia no mercado, enfim…"

Essas demandas, em alguns casos, provocam tensões com os outros membros da família.

> "Já aconteceu dos netos chegarem, as bonitinhas, os bonitinhos comiam e tal e ficavam olhando assim para mim, eu simplesmente pegava a minha paciente e levantava, saia com ela. Eles diziam 'você não vai tirar a mesa?' Eu já tinha sempre uma cópia do contrato no meu bolso. 'Aqui está o que eu tenho que fazer: Eu estou aqui para cuidar dela, não pra lavar os pratos que vocês comeram. **Lavo o dela**'. Aí, eu falava assim 'se a sua avó cair agora, o que vai acontecer? Se acontecer alguma coisa com ela, eu sou a responsável, então eu cuido só dela. Meu contrato não entra lavar a louça, eu passar roupa e fritar ovo, fazer suco pra vocês, nada, é só pra ela. E se eu for fazer a comida dela, tá escrito no contrato, alguém tem que ficar com ela, porque eu não posso fazer duas coisas, não é possível a gente fazer duas coisas, se ela tem osteoporose e ela tenta se levantar… uma pessoa com osteoporose, se levantar e cair, acaba, tudo vira farinha, você quer que aconteça isso?' Por isso que a gente tem um contrato, **o contrato tem que andar sempre uma cópia com você.**"

Esse relato chama atenção para muitos aspectos do trabalho doméstico e de cuidado. Uma delas é que muitas atividades do trabalho doméstico são necessárias para garantir o cuidado da pessoa idosa, como o preparo de alimentos, a limpeza das louças, ou seja, há uma indissociabilidade entre as tarefas domésticas e o cuidado. O relato também expressa a demanda de atenção permanente para a garantir a segurança física das pacientes e a noção de responsabilidade que as trabalhadoras têm sobre as pessoas de quem cuidam. Sobre esse aspecto, foram muitos os relatos que trouxeram as dificuldades de negociações com a família em torno do bem-estar dos idosos. Elas compartilham situações em que precisaram insistir para que comprem os remédios no tempo necessário, situações de negligência, em que as trabalhadoras chegam a chamar a polícia ou o SAMU, além das situações em que outras pessoas da família tentam extorquir ou enganar os idosos, pegando assinaturas ou jóias. As trabalhadoras se deparam com modos de vida e relações regidos por diferentes lógicas ("Eles têm esses problemas que a gente não tem, nós não nos seguramos em mesquinharia"; "precisam manter as aparências").

Ofertar bem-estar para a pessoa cuidada significa, por vezes, proteger o idoso da própria família, atitude que coloca as trabalhadoras em situações conflitivas por questões simples do cotidiano.

> "A filha dizia 'por que a senhora tá colocando essas coisas nela?' E eu dizia 'ela gosta de ficar bonita'. Eu maquiava ela, ela era um doce, e ela [a paciente] dizia 'você é uma pessoa que cuida da gente com amor. Eu quero colocar esse vestido e ele não deixa'. Ele [o marido] **era tão ruim com a gente e era também péssimo com ela**. Por mais que ela tivesse com um problema de Alzheimer, ela tinha instantes de lucidez."

Ao apresentar a perspectiva da sustentabilidade da vida, Cristina Carrasco (2003) chama à atenção que é preciso recuperar todos os processos de trabalho

necessários para que a vida seja possível, e que isso significa dar visibilidade para as pessoas que efetivamente assumem a responsabilidade do cuidado da vida. Dar visibilidade ao trabalho e às trabalhadoras que cuidam de idosos nas casas de família da elite paulistana é evidenciar as disputas em torno da organização do cuidado, que é configurado pelas dinâmicas das relações sociais de gênero, raça e classe.

O perfil das trabalhadoras do cuidado domiciliar é muito semelhante ao das trabalhadoras domésticas: majoritariamente mulheres negras. Na medida em que o trabalho passa a ser realizado em instituições, há um crescimento da presença de mulheres brancas (Guimarães et al, 2018). Na opinião das participantes da pesquisa, o trabalho nas instituições oferece mais segurança, porque a responsabilidade é assumida institucionalmente e o cotidiano é compartilhado com outras trabalhadoras.

O trabalho realizado nos domicílios expõe as mulheres a situações muito semelhantes às que marcam a experiência de trabalhadoras domésticas no Brasil. Entre elas, destacamos a alimentação, que é restrita ou de menor qualidade:

> "para nós, era todo dia salsicha e batata, todo dia, e era ruim."

> "eu não podia comer na cozinha, precisava comer sentada na escada do prédio."

> "se eu não levasse minha bolacha, minha garrafa de água, passava o plantão todo sem comer."

Os relatos das trabalhadoras contratadas para cuidar de idosos dependentes em casas de famílias da elite paulistana são permeados por racismo, assédio e humilhação, que podem começar logo no processo de seleção para o emprego.

> "Quando você coloca seu endereço no currículo é um problema. Você coloca Capão Redondo, fechou. Aí você pode colocar as mesmas coisas, mas coloca o endereço da sua amiga, você consegue o emprego."

> "O salário era bom, mas tinha um detalhe: ele escolhia as cuidadoras dele, então ele te examinava dos pés a cabeça, suas mãos, seu cabelo, o seu sorriso para você trabalhar com ele, e você tinha que ter uma certa estampa que deixasse...deixasse ele bem, né?"

> "chegando na entrevista, ele olhou para mim assim: você é negra? Eu falei sou, sou, sou negra. E porque que você não arrumou o seu cabelo hoje? Eu falei 'mas o meu cabelo é assim'. Chegando na agência tinha uma reclamação imensa de mim e ele falava assim: que eu fui mal educada, que eu era uma pessoa porca, eu não tinha beleza natural e ele não queria mais contratar a agência. E aí, a menina veio conversar comigo e disse que meu cadastro na agência estava cancelado."

O julgamento das mulheres negras pelo corpo nega e desvaloriza a qualificação das trabalhadoras para exercer sua profissão, reproduzindo hierarquias e desigualdades. A contratação como forma de acesso ao corpo das mulheres nos coloca a reflexão sobre os processos de subordinação engendrados pelas dinâmicas de organização do cuidado — quem cuida de quem — nos termos desta sociedade capitalista, racista e patriarcal.

Diversos tipos de violência foram relatados pelas trabalhadoras. As violências foram exercidas pelos membros da família e também pelos idosos de quem cuidavam. Em um dos casos, o paciente, obeso, se recusava a contratar um homem.

> "Fomos pedir para que ele colocasse um cuidador, nem que fosse para ajudar na hora de levantar ele, para a gente poder fazer a higiene como tem que ser. Ele se recusava: 'homem nenhum vai passar a mão em mim'. Já tinha feito também uma cirurgia da próstata, não tinha os órgãos genitais e ele olhava para nós e dizia: **'vocês imaginam que o sexo**

> **do homem está no órgão genital. O sexo do homem está na cabeça dele'**. Sabe, eu trabalhei com ele, dois anos, **eu tinha uma dívida muito grande, eu precisava, mas foi um horror, eu me sentia uma verdadeira prostituta toda vez que eu tinha que cuidar dele**, ele era boçal mesmo. Era até nojento, porque se você está trabalhando, você estudou, você é uma profissional e você não sente que tá sendo tratada como uma profissional da tua área, você se sente uma pessoa que tá sendo praticamente usada ali (...). Era um salário bem alto, **mas tinha essa situação que você, ninguém ficava, mesmo com salário alto, porque ele afetava o seu psicológico, né? Você se sentia suja, né?"**

A forma como as trabalhadoras elaboram essa dimensão marca uma linha tênue entre assédio, violência, a construção da sexualidade masculina como exercício de poder, e a condição de saúde dos homens idosos que protagonizam este tipo de situação. Pesquisas recentes analisam a dimensão sexual envolvida no trabalho de cuidado dos idosos. Lidar com situações deste tipo aparece como parte do exercício profissional, e as condições que as trabalhadoras têm (ou que se podem construir) para enfrentar essas situações diferem quando se trata de instituições ou de domicílios (Hirata, 2016).

Nas experiências das trabalhadoras ouvidas em nosso estudo, os termos "agressão" e "violência" predominaram. A compreensão da condição de saúde dos idosos – que marca o profissionalismo e qualificação das trabalhadoras – não alivia, no entanto, os sentimentos decorrentes de terem sido agredidas enquanto exerciam seu trabalho.

> "Eu fui agredida, **mas o senhor era doente mental** (...). Por isso, não gosto de trabalhar com homens, esse foi um dos casos, já trabalhei com outros, não gosto de trabalhar com homens, eles são muito agressivos..."

> "Nesse tempo de trabalho como cuidadora, a gente também é vulnerável aos assédios, é um ponto que eu sempre gosto de ter muito cuidado, quando a gente vai... porque a gente é vulnerável aos assédios, principalmente dessas pessoas ricas."

> "Ele tinha Alzheimer, e ele, como ele foi um homem muito promíscuo, porém rico para caramba, então você chegava e ele 'vamos dar uma metidinha' e não sei o que… se a gente estivessem ao alcance dele, ele agarrava, as filhas dele ele agarrava, até as filhas. (…) Ele tinha Alzheimer, ele só vivia a infância dele, só que assim, ele falava muita sacanagem, não parava ninguém lá. Dentro desse contexto, **quando você estuda, quando sabe que você é uma profissional, e você pega um paciente e você é consciente que ele pode ser desse jeito**, transtornado, você então sabe, (…) a gente tem uma noção. O difícil é quando você tá lá no quarto acompanhando o paciente e vem um familiar homem te abordar ou te assediar, entendeu? Acontece muito com a gente."

Gênero, raça e classe se entrelaçam no exercício da violência. As situações de assédio, toques e agressões foram protagonizadas por homens, o que chama a atenção para a construção da sexualidade masculina vinculada ao exercício do poder. Encontramos situações em que mulheres da família orientaram que as cuidadoras utilizassem decotes, argumentando que essa seria uma necessidade do paciente (diziam "ele **precisa**, ele tem esse vitalidade").

A dimensão de classe se evidencia nessas situações, sendo que as trabalhadoras avaliam que "os pobres também fazem, mas são menos agressivos". Além disso, como apontado no relato anterior, as trabalhadoras enfrentam o assédio e a violência exercida por outras pessoas da família, homens.

"Eu trabalhava de segunda a sexta e folgava sábado. Então eu voltava domingo a tarde só para dormir, porque eu já tinha que amanhecer no local. Por volta de umas 2, 3 horas da manhã, a porta do meu quarto abriu com uma chave. O filho com um roupão vem e deita na minha cama. Eu levantei, 'o que tá acontecendo?'. Ele falou assim: 'olha, todas **as meninas** que vem para cá dormir à noite precisam dormir comigo, se não dormir comigo não serve para ficar com a minha mãe, porque eu sou uma pessoa muito carente. **Eu tenho muito trabalho com a minha mãe, então eu fico estressado, então, você acha que eu escolhi as meninas para quê? Só para cuidar de mamãe? Eu também tenho desejo'.** (...) Eu levantei em meio à briga, e ele puxando, ele me bateu, ele me agrediu. Ele me expulsou de dentro do apartamento e eu falei para ele: 'eu vou fazer um boletim de ocorrência contra você', ele disse assim: 'o que que uma preta, favelada, sem cultura vai fazer contra mim? eu sou um doutor, a minha família tem nome e sobrenome, você só vai perder tempo'. (...) Eu machuquei o braço, fui para o hospital, prestei boletim de ocorrência e até hoje nada aconteceu."

"(...) ele mexia nas minhas coisas. Se, depois do banho, eu deixasse uma calcinha molhada, ela desaparecia determinadas horas. 'Estranho, se só tá eu e o [marido da paciente] aqui?' Ele era tão racista, mas tão poderoso, era general. Eu pensava 'que merda eu faço? O que que eu faço?'. Eu falei para filha dele: 'posso tomar banho na sua casa?' 'Por que?' Eu falei: 'aqui a água é muito quente...' Botei uma porção de empecilho, ela falou: 'não é, né? meu pai tá mexendo nas suas coisas, não tá?' Então falei 'tá!' Então já era uma coisa que vinha recorrente e eles não falam para nós, eles deixam a gente passar por essa situação..."

As situações de violência são portanto recorrentes, não acontecem apenas com uma trabalhadora, mas é um mecanismo de exercício do poder, constitutivo da exploração. Muitas vezes, acontece com a conivência de outras pessoas da família: "eles sabem que isso acontece e não tomam medidas, esperam acontecer".

Todas essas experiências e muitas outras compartilhadas pelas mulheres nesse estudo ("a gente tem histórias que davam um livro!") revelam as dinâmicas de exploração racista e patriarcal que seguem estruturando o trabalho doméstico e de cuidados no Brasil. Revelam a crueldade de uma elite que desrespeita, desvaloriza, humilha e explora as trabalhadoras que são fundamentais para suas vidas. O mote da campanha da Fenatrad no contexto da pandemia de covid-19 sintetiza uma denúncia que vai além da atual crise: "Cuida de quem te cuida!"[6].

Para seguir a conversa, devemos colocar a vida no centro

A reflexão realizada com as trabalhadoras do cuidado deu conta de muitos aspectos que iluminam a realidade que os números mostram. Mas esta realidade ainda precisa ser visibilizada, reconhecida e, especialmente, transformada. Foram muitas reflexões sobre as condições de trabalho de cuidado em domicílio, que indicaram uma atualização dos mecanismos de desigualdade de gênero, raça e classe que estruturam o emprego doméstico no Brasil. Refletimos sobre o cuidado sem dissociá-lo do conjunto do trabalho doméstico, pois, muitas vezes, essa dissociação contribui para reorganizar hierarquias entre as pessoas que fazem cada um desses trabalhos, sendo que ambos são fundamentais para a produção do viver. As necessidades materiais e concretas das vidas das mulheres alimentam as dinâmicas de desigualdade.

6 A Fenatrad exige: "Nos casos onde a presença da trabalhadora é imprescindível (por exemplo para cuidados de pessoas idosas), pedimos que as devidas precauções sejam tomadas: luvas, máscaras, álcool-gel e pagamento de transportes alternativos para evitar os transportes públicos." https://bit.ly/fenatradcuidado (Acesso em 5 de junho de 2020)

> "O que me segura nesses 3 empregos são as necessidades. É o que movimenta a gente, essa dificuldade que nós mulheres, não só por sermos negras, mas por ser mãe, muitas aqui fomos mães solo, eu sou mãe, sou mãe sozinha, então assim, é o que movimenta, porque é um um retorno rápido. Não é retorno financeiro bom, mas é um retorno rápido porque muitas de nós aqui terminou o plantão a gente já recebe, a gente já consegue investir em fralda, em leite, em comida."

Alguns aspectos destacados são as diferenças de condições de trabalho nos domicílios e nos hospitais; o fato de serem responsabilizadas sozinhas por trabalhos que em hospitais podem ser compartilhado; e a necessidade de serem respeitadas enquanto trabalhadoras, profissionais e mulheres.

As trabalhadoras expressaram que, apesar de ser um trabalho "desgastante", "cansativo", gostam de fazê-lo. Além disso, algumas das trabalhadoras, em seu cotidiano, também cuidam das pessoas nos bairros em que vivem, de forma voluntária.

Quando pensamos sobre as desigualdades na cidade de São Paulo a partir do trabalho de cuidado remunerado, iluminamos dimensões que transitam entre a insuficiência da política pública, um mercado de trabalho informal e os domicílios de famílias com algum recurso para delegar o cuidado de idosos. Conhecer essa realidade abre mais questões sobre o trabalho não remunerado das mulheres nas famílias e comunidades. Esse trabalho novamente ganha destaque, pois sustenta o cuidado de grande parte da população que necessita, inclusive de quem não tem dinheiro para pagar. É preciso nos aproximarmos de como se organiza e se garante o cuidado de pessoas idosas da classe trabalhadora, pessoas pobres que, muitas vezes, são responsáveis (com o Benefício de Prestação Continuada e aposentadoria, ambos sob ataque) pela sustentação econômica de suas famílias, nesse cenário de generalização da precariedade da vida.

> "eu faço meu voluntário, eu também sou uma mulher pobre, eu sei que o pobre também gosta de

tomar banho, de cortar o cabelo, de fazer sua unha, eu sempre dediquei um dia na minha semana, na minha folga, para fazer isso, voluntário, nessas casas de longa permanência, né? E até para vizinhas que tinham algum problema."

Quais as reivindicações de políticas públicas para garantir o cuidado como direito? Como garantir os direitos de quem cuida? Essas são questões para colocar o cuidado e a sustentabilidade da vida no centro da agenda política. A regulamentação e a garantia dos direitos dessas trabalhadoras são exigências fundamentais, e precisam ser acompanhadas de uma reorganização da forma como a sociedade cuida da vida. No contexto de precarização da vida, o envelhecimento da população e a reorganização do cuidado precisam ganhar mais espaço na agenda política feminista, para colocar a sustentabilidade da vida no centro da reorganização econômica necessária para construir igualdade na cidade de São Paulo.

Referências

ARAÚJO, Anna. *Engendrando as desigualdades no cuidado.* Texto apresentado no Congresso Virtual da LASA. Maio, 2020

CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: NOBRE, Miriam; FARIA, Nalu (Org.). *A produção do viver: ensaios de economia feminista.* Cadernos Sempreviva. São Paulo: SOF, 2003.

GUIMARÃES, Nadya. *Os circuitos do cuidado. Reflexões a partir do caso brasileiro.* Texto apresentado no Congresso da LASA. Boston, maio, 2019.

GUIMARÃES, Nadya; HIRATA, Helena; POSTHUMA, Anne. *O trabalho de cuidado. Balanço e primeiras reflexões a partir do caso brasileiro.* Documento apresentado ao Taller Inaugural de la Red Latinoamericana de Investigación. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

HIRATA, Helena. Subjetividade e sexualidade no trabalho de cuidado. *Cadernos Pagu.* Janeiro-abril 2016. p. 152-163

HIRATA, Helena. Comparando relações de cuidado: Brasil, França, Japão. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 34, n. 98, p. 25-40, abril 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral e Anual (1ª e 5ª visitas).

MORENO, Renata. *Entre a família, o Estado e o mercado: mudanças e continuidades na dinâmica, distribuição e composição do trabalho doméstico e de cuidado.* Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, 2019.

Sempre no limite:

uma reflexão feminista sobre o trabalho e a vida da juventude em São Paulo[1]

Os dados sobre mercado de trabalho oferecem um retrato da situação da juventude. Informalidade e dinâmicas da divisão sexual do trabalho se expressam desde o início da vida laboral. As reflexões que reunimos nesse texto dialogam com esse retrato, buscando agregar mais elementos para pensar a vida e o trabalho da juventude em São Paulo, e para as lutas que precisamos fortalecer.

A cidade e suas fronteiras

A distribuição dos empregos e da cultura entre as diferentes regiões da cidade marcam a experiência de circulação na região metropolitana de São Paulo. As possibilidades de emprego, de eventos da economia solidária, de lazer e cultura são mais concentrados na capital, e em determinadas regiões da cidade. Os postos de trabalho formal são desigualmente distribuídos, e uma parte significativa das pessoas que trabalham em São Paulo moram em outras cidades da região[2].

> "(...) tenho a sensação que só moro em Santo André, mas vivo em São Paulo"

Na experiência da juventude, o trabalho, o estudo e a cultura formam o mapa da cidade por onde se transita, onde são construídas as relações com as pessoas e com os territórios.

1 Esse texto sistematiza uma reflexão coletiva entre jovens militantes da Marcha Mundial das Mulheres que vivem em São Paulo, no centro e na zona sul, e em municípios do ABC.

2 A pesquisa da Fundação Seade ilustra e explica essa distribuição desigual, estimando que entre as mais de 6 milhões de pessoas que trabalhavam em São Paulo, pouco mais de 1 milhão residia nos municípios Região Metropolitana. https://bit.ly/indicadoresseade (acesso em 8 de junho de 2020)

> "(...) vários lugares eu conheci por causa do ensino médio em uma escola técnica que era muito central, o que significava que tinha gente de todos os lugares. Aí eu comecei a circular mais na cidade"

Na experiência de jovens moradoras do Capão Redondo, frente aos bicos e trabalhos informais que encontram em lojas no bairro, as alternativas de empregos com melhores condições são fora da região, o que muitas vezes impossibilita conciliar estudo, emprego e responsabilidades com o cuidado.

> "(...) eu tenho uma amiga que teve que sair do colégio porque ela já é mãe e teve que trabalhar no centro e o horário dela não batia com os horários da escola"

A organização da cidade impõe deslocamentos muito marcados pela rotina de trabalho. Junto com as longas distâncias, a organização do transporte público e dos tempos, que fazem com que as pessoa fiquem muito nos mesmos lugares. Para quem chega na cidade, vindo do interior, os espaços de circulação em São Paulo ficam ainda mais restritos pelo cotidiano de trabalho. As dinâmicas de trabalhos flexíveis, como os "frilas" que muitas vezes são feitos em casa, também diminuem as possibilidades de circulação na cidade.

> "As viagens que a gente faz pela militância ajudam muito a burlar um pouco o sistema da cidade. Conheci muitos lugares que não conhecia antes."

O preço alto da tarifa do transporte público, as limitações no passe livre estudantil na gestão de João Dória Jr. na prefeitura, o longo atraso na expansão da malha do metrô pelo governo do estado, a lógica do transporte voltada para o lucro das empresas, geralmente baseado não nos quilômetros percorridos, mas nas catracas rodadas… Tudo isso é determinante para a forma como a juventude circula na cidade. Por isso, reivindicações como passe livre, mais linhas de ônibus nos bairros, transporte público 24 horas, entre outras, seguem aparecendo como fundamentais para ampliar a circulação, o acesso, a vida na cidade.

Em Diadema, uma dinâmica recente do movimento de cultura tem construído ações como cineclube, festas, bloco de carnaval, ampliando as possibilidades e opções culturais no município, criando condições para que as jovens passem seu tempo livre na cidade onde vivem. Slam, hip hop e saraus são expressões da resistência e da cultura que se produzem em cada território, com muita capacidade de transformar os lugares e de organizar alternativas de vida da juventude.

Hoje, esses espaços da cultura estão presentes em boa parte das periferias da cidade. São exemplos mais antigos o Sarau do Binho, a Cooperifa e o ZAP!, e mais recentes o Slam da Guilhermina, Slam do 13, Slam das Minas, entre muitos outros. A participação das mulheres é crescente nesses espaços, e é também uma forma de ocupar a cidade e enfrentar sua estrutura patriarcal e racista de violência, como expressa a poeta Luz Ribeiro em entrevista para a TV Brasil:

> "Tem um microfone pra você emitir a sua mensagem, tem a cadeira pra você sentar e ouvir tantas outras, e tem braços onde você se afeta abraçando. Eu acho que, se eu continuei, muito disso é porque eu encontrei afetividade. Para além de um espaço de fala, eu encontrei afetividade. (...) Ser a primeira mulher a vencer (...) um circuito de slam é grandioso num sentido de que, até 2015, que não faz muito tempo, era difícil pras mulheres chegarem no Slam BR. Sabe? Em 2015, nenhuma mulher foi finalista. Em 2016, a gente já teve o prazer de quatro mulheres estarem na final e, dentre elas, três serem pretas."[3]

Desemprego

A juventude em São Paulo é muito afetada pelo desemprego. Em 2019, o desemprego aberto entre jovens de 14 a 19 anos era de 47,5%, e 19,9% entre os de

3 Luz Ribeiro, entrevista para a TV Brasil: "Luz Ribeiro: medos, anseios e lutas diárias transformados em poesia" (2017). Ver: https://bit.ly/entrevistaluzribeiro

20 a 29 anos, enquanto a média para São Paulo no mesmo período era de 12,5%[4]. O desemprego oculto pelo desalento, ou seja, aquela situação em que as pessoas não procuraram trabalho por acharem que não iriam conseguir, é mais elevado do que a média tanto entre os mais jovens (até 19 anos) como entre a população com mais de 60 anos.

Novamente entre a juventude encontramos a maior taxa de subutilização, que considera a desocupação, a subocupação (quando se trabalha menos horas do que gostariam) e a força de trabalho potencial. Enquanto a média na cidade de São Paulo é de 21,4%, entre jovens de 20 a 29 a taxa de subutilização é de 27,9% e entre jovens de 14 a 19 anos alcança 58%.

> "(...) o que eu mais ouvia quando tentava procurar emprego era que eles queriam experiência, e que eu uma pessoa muito jovem sem experiência de mercado. Mas como eu vou conseguir as experiências se eu não consigo trabalho?"

> "(...) por ter acabado de me formar, por ser mulher, que eu não tenho competência correta, que eu não entendo as coisas... Eu ouvi muito isso no meu emprego"

Não podemos olhar para os dados como se retratasse uma juventude homogênea. As desigualdades já estruturam a experiência de jovens no mercado de trabalho desde cedo, priorizando jovens oriundos de famílias de renda alta, de acordo com o lugar que residem, a raça e também o gênero. Outros elementos a se considerar são as diferentes formas de inserção no trabalho, em programas como jovem aprendiz, estágios ou mesmo os bicos com contradições entre a experiência, o acesso a uma renda e a precarização. O discurso da meritocracia, que é uma peça chave do capitalismo neoliberal, naturaliza essa exploração da juventude, sugerindo modos de vida baseados na formação da "carreira". Para

4 Os dados utilizados nesse texto foram extraídos da PNAD Contínua e são referentes ao terceiro trimestre de 2019.

alcançar esse ideal, faz parecer que bolsas parcas, desvios de função e ausência de direitos são uma parte necessária do crescimento e do amadurecimento profissional. O que fica mascarado é que tudo isso é parte necessária, isso sim, da acumulação e do desenvolvimento do capitalismo patriarcal e racista.

Informalidade, divisão sexual e racial do trabalho

Entre 2012 e 2019, o emprego com registro em carteira diminuiu 36,7% entre jovens de 14 a 19 anos, o que faz com que, em 2019, apenas 4 em cada 10 pessoas nessa faixa etária tenham registro em carteira. Entre jovens de 20 a 29 anos, a redução foi de 30,2% no mesmo período.

Percebemos as dinâmicas da divisão sexual do trabalho ao olhar para a presença das jovens no mercado de trabalho. A chamada uberização do trabalho (ver texto 1, nesta publicação), em que convivem condutores de automóveis e entregadores por bicicletas (um trabalho mais masculino), é acompanhada, também na juventude, pelo trabalho de cuidados. Os dados relativos às ocupações do trabalho informal indicam que, entre jovens de 14 a 19 anos, a principal ocupação informal é de cuidadoras/es de crianças, que pode ter diferentes modalidades (babás, cuidadoras na vizinhança, em creches e escolinhas) e é uma ocupação muito feminina. Já entre jovens de 20 a 29 anos encontramos como principal ocupação informal a de condutores de automóveis, táxis e caminhonetes, ocupação mais masculina.

Nos bairros, temos percebido que os jovens estão abrindo, por conta própria, barbearias, tabacarias, um tipo de estabelecimento que promove a sociabilidade masculina, enquanto as mulheres atuam nos salões de cabeleireiro. Entre as ocupações por conta própria, a de cabeleireira/o é a que mais cresceu entre 2012 e 2019, e também é a maior em números absolutos para jovens de 14 a 19 anos. Já entre aquelas/es de 20 a 29 anos, verifica-se entre as principais ocupações por conta própria: condutores de automóveis, táxis e caminhonetes, comerciantes, especialistas em tratamentos de belezas e afins, cabeleireiros, e padeiros, confeiteiros e afins.

Em bairros como o Capão Redondo, as jovens conseguem emprego em lojas, mas passam por muita dificuldade para conseguir ser efetivadas no trabalho, sendo muito alta a rotatividade e a informalidade. Já os jovens encontram emprego em postos lava-rápido.

> "Tem muitas lojas e os jovens não são registrados, não ganham o que tem que ganhar. As meninas nas lojas de roupa, de esquina, bijuteria, e os meninos no lava-rápido. Quando acham que vão ser contratadas, são dispensadas."

Nos poucos postos de gasolina que contratam mulheres, as jovens tem que usar um uniforme colado ao corpo, para chamar atenção e atrair os homens. São usadas como vitrines dos postos de gasolinas, sendo submetidas permanentemente ao assédio por parte de homens de todas as idades, e é perceptível seu incômodo com essa situação imposta pelos patrões. A imposição de uniformes que expõem o corpo das mulheres é ainda muito frequente também em restaurantes e em lojas. A rede norte-americana de bares Hooters encerrou suas atividades em São Paulo em 2019, após 16 anos desde sua chegada, e era especialmente conhecida pela imposição de roupas que expunham suas atendentes, em um ambiente majoritariamente masculino, com televisões sempre exibindo partidas esportivas. O corpo das mulheres é sempre utilizado como seleção para os empregos.

> "É complicado por muitas coisas. Por exemplo minha aparência. Eu só fui conseguir arrumar emprego depois que eu parei de pintar o cabelo."

As divisões raciais também são evidentes, por exemplo nos shoppings, onde as jovens negras predominam entre as que trabalham na praça de alimentação, e as brancas nas lojas de roupa, maquiagem ou joias, que contratam mulheres seguindo um padrão estreito de corpo e cabelo.

A dificuldade para conseguir empregos é muito comum entre as periferias de diferentes cidades. Nas experiências da juventude rural de Barra do Turvo, no

Vale do Ribeira (SP), a migração para a periferia de Curitiba (PR) em busca de emprego se depara com os obstáculos semelhantes aos encontrados pela juventude em bairros periféricos da capital de São Paulo. A divisão sexual do trabalho também aparece frequentemente na vida das jovens mulheres rurais na periferia urbana, como mostram os relatos abaixo, retirados do estudo "Mulheres jovens do campo traçando caminhos"[5]:

> "Os empregos que eu durei mais foi de doméstica, e as meninas mais novas não querem trabalhar em casa, também tem isso né. Elas querem trabalhar em firma, em empresa né. Eu também preferia trabalhar em empresa, mas pra mim é melhor trabalhar em uma casa. Porque eu penso assim: eu moro aqui, pago aluguel, vou pra Barra de 15 em 15 dias, então eu tenho gasto, bastante. E eles pagam melhor. Doméstica eles pagam melhor do que firma. (...) Empresa tem mais chance de crescer, né. Eu também acho, que você tem mais futuro do que doméstica né, se você trabalhar de doméstica e não fizer um curso, não for atrás de nada, não tem como você subir, vai sempre continuar ali." (mulher quilombola, morando em Curitiba há uns 15 anos)

Pouca expectativa

A juventude trabalhadora enfrenta uma permanente contradição. O investimento em educação, a batalha por conseguir cursar o ensino superior nem sempre resultam em uma melhoria das condições de trabalho. Mesmo a expectativa de cursar o ensino superior diminuiu recentemente, frente a tantos ataques da política neoliberal à educação e ao acesso da população pobre e negra

5 Baseado em "Mulheres jovens do campo traçando caminhos: aprendizados de uma 'pesquisação'", texto realizado através de uma parceria entre o IRD Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento da França e a SOF Sempreviva Organização Feminista. Texto disponível em: https://bit.ly/pesquisajovensvaledoribeira

à universidade. O ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), que é um dos instrumentos de acesso ao ensino superior, teve nesse ano o menor número de inscrições desde 2010[6]. Desde 2017, o número só diminui. A data coincide com a piora das condições de trabalho, estudo e vida, após a derrubada da presidenta Dilma Rousseff, em 2016; com a aprovação, no final de 2016, da Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos (que ficou conhecida, na época, como PEC da Morte), que teve como resposta uma longa greve estudantil nas Universidades Federais; com a Reforma Trabalhista aprovada em 2017; com o crescimento vertiginoso das taxas de desemprego.

No ano de 2020, mesmo em meio à pandemia da covid-19, o então ministro da Educação Abraham Weintraub pretendia manter o ENEM no mesmo modelo em que ele ocorre todos os anos[7]. Desta maneira, o governo federal desconsidera o impacto da suspensão das aulas e as condições absolutamente desiguais que os jovens de diferentes classes e raças têm para seguir estudando à distância. Tal opção governamental é política, e é mais uma das tentativas de afastar as os jovens pobres, negros e periféricos do ensino superior.

Em um mercado de trabalho estruturado com tantas desigualdades e precariedades, ter pouco horizonte se torna a regra entre parcelas da juventude. A perspectiva de conseguir estudar diminui, e convive com a falta de perspectivas depois da formação.

Programas como Reuni e Prouni e a implementação de cotas socioeconômicas e raciais ampliaram o acesso de uma parcela da juventude ao ensino superior[8]. Grande parte dos e das estudantes fizeram/fazem um grande sacrifício para conseguir cursar a faculdade. Trabalham de dia para estudar a noite, estudam de dia e trabalham à noite.

---

6 Ver: https://bit.ly/inscritosenem

7 Ver: https://bit.ly/enem2020pandemia

8 Em 2018, "estudantes pretos ou pardos passaram a compor maioria nas instituições de ensino superior da rede pública do País (50,3%)" (IBGE, 2019). Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Disponível em: https://bit.ly/informativoibge2019

> "Era uma promessa de futuro melhor, mas isso não aconteceu. Depois, eu fui para outra universidade particular, também era uma turma grande, com uma quantidade bastante grande de prounistas. Era uma turma de 90 pessoas, e hoje apenas umas 10 pessoas trabalham na área do nosso curso. As outras estão em empregos que não queriam estar ou em empregos que elas já tinham na época da faculdade para se sustentar. Então não houve a mudança positiva que as pessoas esperavam. O mesmo aconteceu comigo"

O acesso à educação e formação profissional não é garantia de bons empregos, nesse mercado de trabalho em que a informalidade, antiga conhecida das mulheres e da população negra, é cada vez mais a regra. Mesmo nas regiões onde o emprego – majoritariamente masculino – na indústria metalúrgica significava estabilidade e direitos, como era o caso no ABC, essa é uma realidade que se transformou nas últimas décadas. A produção e o mercado de trabalho foram sendo reorganizados.

Precarização do trabalho, precarização da vida

A experiência de ter registro em carteira não faz parte da vida laboral de uma boa parte da juventude.

> "(...) ainda bem que a gente não conta só CLT como trabalho, senão eu tava lascada".

> "Eu tenho 28 anos e trabalho desde os 15. E nesse tempo de trabalho eu tive carteira assinada no máximo um ano. E eu nunca fiquei nem um ano sem trabalhar. O máximo que eu fiquei desempregada foram quatro meses e eu tenho um ano de carteira assinada, então isso diz bastante, para mim, sobre a precariedade do trabalho para as pessoas jovens."

O aumento expressivo do trabalho por conta própria entre jovens de 20 a 29 anos (68,7% entre 2012 e 2019) nos leva a refletir um pouco mais sobre as dinâmicas de reorganização do trabalho. Para essa faixa etária, o trabalho por conta própria e o emprego sem registro em carteira representavam, cada um, 17% da posição na ocupação em 2019.

> "Na minha área, as vezes não compensa você trabalhar fixo porque é estressante, as pessoas não pagam, não dão o devido valor ao seu trabalho, jornadas muito longas e não te respeitam. As vezes é melhor você abrir um CNPJ, pagar o carnezinho mensal"

> "O trabalho que tem é tão ruim, quando tem, que realmente parece que vale mais a pena ser MEI. Quando alguém consegue um emprego contratado, com estabilidade, é a comemoração no grupo de amigos. Então não é que as pessoas acham que essa viração é o ideal, mas é o que tá tendo"

A propaganda ideológica em torno do empreendedorismo individual, da flexibilidade que "ser seu próprio patrão" pode criar imagens falseadas do que é essa realidade.

O trabalho por conta própria se impõe como realidade e horizonte, mas resistimos à normalização de que é isso que a juventude quer. Pelo contrário, consideramos que essa situação é o resultado de anos do neoliberalismo e da expansão da mercantilização para todas as esferas da nossa vida, dessa racionalidade neoliberal que faz com que se imponha uma ideia de que cada um é um capital humano, que é preciso um auto-investimento para que cada um tenha mais chances de competir em um mercado que explora cada vez mais.

Essa reorganização do trabalho e o crescimento do trabalho por conta própria significa, na prática, que a precarização extrapolou a esfera do trabalho – sobre ter ou não direitos – e se alastra para a precarização da vida. Isso significa

precariedade e inseguranças na vida da maioria das jovens nessa situação. Nesse sentido, as dinâmicas de São Paulo podem ser muito contraditórias.

> "Eu quis bastante morar em São Paulo porque é o lugar em que muitas coisas estão acontecendo de fato, que parece e tem mais oportunidades – frila, bico, tudo. Mas desse ponto de vista do trabalho é uma vivência sempre no limite. É um custo de vida altíssimo. Se as coisas dão errado um mês, você dá um jeito. Mas, se as coisas dão errado dois meses, é uma cifra de dinheiro que você precisa para consertar esse buraco que é muito grande, impossível tirar de algum lugar."

Percebemos como estão sendo criadas novas funções e atividades profissionais, fomentadas por essa lógica do empreendedorismo, que profissionalizam esferas da vida – daí, surgem as e os consultores de organização pessoal, de vida amorosa, atividades que só são pensáveis para uma parcela muito pequena da população, mas que são propagandeadas como novas necessidades. Essa é mais uma forma de ampliar a mercantilização de todos os aspectos da vida: qualquer coisa é transformada em serviço, realizado por uma pessoa sem nenhum direito garantido.

Ao mesmo tempo, vão desaparecendo funções que tinham a ver com o trabalho como conhecíamos antes. No campo da comunicação, por exemplo, isso é muito evidente. Saber tirar boas fotos pode dar uma autonomia para o trabalho de um/a jornalista, mas hoje é quase uma imposição, porque equipes se reduzem a uma só pessoa. Um/a comunicador/a que tire fotos, seja repórter e pauteiro, escreva, edite vídeos, revise, gerencie mídias sociais... Se não faz tudo isso, a pessoa não é considerada uma boa profissional. Isso exige um auto-investimento das pessoas em si mesmas, uma lógica meritocrática, como se todas devessem e pudessem (em relação a tempo e dinheiro) fazer a infinidade de cursos de especialização oferecidos pela internet.

Nas análises sobre as mudanças trazidas pela reorganização do trabalho, nos impulsos da globalização neoliberal dos anos 1990, era comum a constatação de que havia uma feminização do trabalho, que se relaciona com a ampliação das condições de trabalho historicamente experimentadas pelas mulheres (informalidade, flexibilidade). Podemos ver a extensão dessa lógica nessa reconfiguração da definição de profissionais com alguma qualificação, que devem ter muitas habilidades e fazer muitas coisas ao mesmo tempo, assim como as mulheres aprendem pela responsabilização do trabalho doméstico e de cuidados.

Isso tem a ver com o trabalho, mas também com forçar um estilo de vida que nega a centralidade do trabalho como categoria, como aquilo que produz riqueza, como o que permite que a vida se sustente. Não é demais reforçar que essa negação da centralidade do trabalho é um mecanismo para ocultar a exploração, enfraquecer o questionamento à lógica de acumulação capitalista.

A mercantilização do cotidiano pelas redes sociais é evidente. Enquanto algumas pessoas viram "influenciadores digitais" e ganham dinheiro para veicular propagandas, muitas milhares de outras pessoas fazem esse marketing gratuito, facilitando a acumulação das empresas que vendem os "produtos do momento" e também a dos donos das redes sociais, que lucram com a exposição de nossas vidas, com a nossa produção difusa e infinita de conteúdos que dependem de suas redes para circular.

> "É como se as redes sociais fossem uma uma alavanca para o status social. Isso também bagunça um pouco o nosso subconsciente. Bagunça um pouco porque a gente lida como se fosse muito natural algumas coisas, e mesmo essa meritocracia. Antes tinha revistas de decoração, que vão sendo trocadas pela vida de algumas pessoas, que tem dinheiro e uma casa toda linda, como se essa fosse a vida de toda e qualquer pessoa. Então isso vai se apresentando como se fosse o certo e o normal por outras formas."

O fato é que a vida das pessoas está mais precária. Quando todas estão vivendo no limite, permanentemente em busca de um frila para fechar as contas e garantir a vida, de um bico para comprar comida, a insegurança com o futuro imediato e a longo prazo tem muitas implicações.

Os horizontes da precarização variam muito segundo a raça e classe das jovens. As origens, o lugar de moradia, a profissão dos pais, das mães, das pessoas da família antes dessa geração são a referência para onde e ao que recorrer caso "tudo dê errado".

> "o que significa voltar a fazer isso depois de ter visto outras possibilidades não só para si mesma, mas para esse conjunto familiar? É como uma sina. Se der tudo errado, é pra esse lugar que você volta."

É significativo o fato de que muitas jovens negras, após ter concluído o ensino superior, não consigam empregos em sua área e voltem a trabalhar como empregadas domésticas, como expresso nos relatos reunidos no livro de Preta Rara (2019) "Eu, empregada doméstica".

Ansiedade e depressão

> "Das pessoas que eu conheço jovens, quase todas estão de alguma forma ansiosas, depressivas, com mil problemas que, para mim, grande parte, tem a ver com essa ausência de perspectiva, com essa vida no limite mesmo, sabe?"

Nossa reflexão sobre a ampliação da precariedade da vida nos levou a discutir os problemas de saúde mental que afetam a juventude.

> "Uma das coisas de ter trabalhos precários sempre, é que você tem que estar sempre disponível, nesse eterno 24/7. É um eterno sentimento de estar em dívida com algo. E isso traz muita ansiedade de fato."

> "Mas eu tenho a impressão que a maioria das pessoas jovens não faz essa relação quando descrevem os problemas que estão passando. O sofrimento que tá passando com a situação concreta, por estar desempregada, ou por não conseguir fazer coisas que pensaram em fazer, que queriam, por exemplo, poder estudar, essas coisas que tão bem materiais."

A ansiedade também se relaciona com a violência normalizada na vida da juventude, principalmente da juventude negra, com a negação das possibilidades.

As meninas e os meninos, LGBT, que se sentem muito mal, um peso para a família, não se encontram nem se encaixam em padrões violentos, heteronormativos e opressores. É muito difícil dar conta de viver nessa sociedade que nos reprime, nos oprime e nos deprime. São recorrentes os casos de meninas muito novas que se cortam, assim como suicídios.

> "No email institucional da universidade, vira e mexe chega mensagem informando da morte de um aluno sem explicar o que aconteceu. E a gente sabe como foi."

Refletir sobre as causas dos sofrimentos, mas também sobre como vemos as formas de superação é uma necessidade. Saúde mental não é tratada como uma preocupação pública, que deveria ser generalizada nesse sistema que provoca doenças de todos os tipos. Percebemos entre os jovens homens uma associação entre bem-estar e um tipo de consumo – festas, carros, mulheres. Os grupos de internet sobre feminismo, embora muito limitados no que se refere à organização política, têm sido um espaço de escuta e de conversa sobre os próprios problemas entre as jovens mulheres.

Isso que percebemos como um mal-estar coletivo se transforma em uma mercadoria. As grandes empresas, como as gigantes tecnológicas, estão de olho nisso, investindo em muitos aplicativos que tem como foco a saúde mental. As respostas medicalizantes, espirituais e/ou do mercado, acabam sobressaindo quando as pessoas estão buscando algum conforto.

A forma que o mercado apresenta para lidar com o que sentimos, como ansiedade e depressão, é extremamente individualizante, como se dependesse de como cada um/a lida com seu problema individualmente. São poucas as vezes que vemos o questionamento das causas desses problemas. Por isso, experiências como a da Clínica Pública de Psicanálise, organizada de forma militante e autogestionada, são interessantes: unem ao tratamento dos sofrimentos psíquicos o debate político sobre a ocupação dos espaços na cidade, e permite formas mais coletivas de análise, como em rodas de escuta mistas e de mulheres. O desafio é dar conta, de forma abrangente, da saúde mental de quem vive na cidade; para isso, as experiências militantes devem servir de exemplo, também, para a implementação e execução de políticas públicas — que vem sendo extintas nas mais recentes gestões da cidade, que são elitistas e privatistas.

Pelas vidas, em tempo presente e futuro

Essas reflexões iniciais sobre a vida e o trabalho das jovens em São Paulo nos colocam questões para seguir, na perspectiva de construir as transformações necessárias para viver vidas que valham a pena.

E, para isso, é preciso garantir, em primeiro lugar, a vida: em uma cidade militarizada como São Paulo, a violência de Estado e o genocídio da população negra atingem em cheio a juventude. São Paulo é a cidade de jargões racistas e conservadores como "bandido bom é bandido morto", "ROTA na rua" e de declarações como a do atual governador João Dória Júnior: "se ele ainda assim reagir, ele não vai para a delegacia, nem para a prisão, ele vai para o cemitério"[9]. O que está em jogo para a juventude no capitalismo racista, patriarcal e LGBTfóbico é mais do que o caminho de seus futuros: são suas próprias vidas e as das pessoas ao redor.

É preciso garantir o direito a uma vida sem insegurança e medo. E isso inclui romper com a lógica da vida precária, sempre no limite, que, normalizada, tem impulsionado práticas alienantes e que destroem as possibilidades de viver em comu-

9 Ver texto "João Doria orienta PM a aplicar pena de morte em São Paulo" de Douglas Belchior na Carta Capital. Disponível em: https://bit.ly/cartacapitalpm

nidade e construir um futuro em comum. O sentido neoliberalizante imposto para a juventude, de que "ter sucesso" ou "vencer na vida" significa viver uma vida cada vez mais consumista, individualista, centrada na construção de indivíduos autossuficientes e "empreendedores/as de si mesmo" é uma ideia não apenas limitadora como também cruel, porque é impossível alcançá-la coletivamente dentro deste modelo de sociedade excludente. Frente ao trabalho alienante e precarizado, as lutas por organizar outra economia em que a vida esteja no centro envolvem também as jovens.

> "Eu não me encaixo nesse mercado de trabalho. Eu realmente só me encontrei dentro da economia solidária. Meu lugar realmente é dentro da economia solidária porque é um espaço onde junta meu trabalho e a política, o que eu acredito, e as duas se encaixam."

A construção de movimentos sociais, de processos coletivos territorializados relacionados com as necessidades concretas de cada lugar (econômicas, culturais, de cuidados e da vida em comum), abre perspectivas de transformar as dinâmicas de exclusão e segregação socioespacial de São Paulo. Por isso, relacionar as lutas pelo acesso à educação, por trabalhos com direitos e pela organização da economia colocando a vida no centro, pelo direito à cidade, por transporte público 24 horas, tarifa zero, espaços públicos de cultura e lazer distribuídos, com autogestão e possibilidades ampliadas de construção da vida em comum são lutas que precisam andar necessariamente juntas.

Referências

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral e Anual (1ª e 5ª visitas).

HILLENKAMP, Isabelle; SANTOS LOBO, Natália. *Mulheres jovens do campo traçando caminhos: aprendizados de uma "pesquisação"*. Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento da França e Sempreviva Organização Feminista, 2019. Texto disponível em: https://bit.ly/pesquisajovensvaledoribeira

PRETA RARA. *Eu, empregada doméstica. A senzala moderna é o quartinho da empregada.* Belo Horizonte: Letramento, 2019.

sof

Sempreviva Organização Feminista